



## **O SENSÍVEL E A AFETIVIDADE NAS FRONTEIRAS DO SABER: SOBRE A IMATERIALIDADE DOS FENÔMENOS GEOGRÁFICOS**

Yoshiya Nakagawara Ferreira  
Eduardo Marandola Jr.

### **RESUMO**

No mundo contemporâneo, é cada vez maior o entendimento da importância dos sentidos e da afetividade, tanto para o desenvolvimento científico e a compreensão do homem, quanto para o próprio *viver-no-mundo*. Neste sentido, há o ressurgimento da importância da escala do homem, trazendo consigo o resgate do subjetivismo que enfatiza os fenômenos imateriais, como fundamentais na compreensão desta escala. Não só amplia, mas também aponta para novas categorias e o ressurgimento de outras, que já vêm sendo debatidas desde o fim do século XIX. O lugar aparece como uma sempre renovada temática, como um importante componente do homem e do seu ambiente, sendo o centro da afetividade e do *ser-no-mundo*. O estudo do estatuto geográfico destes fenômenos leva a uma aproximação da Geografia com outros ramos do saber, no campo das ciências sociais. Não se pode esquecer, no entanto, de que nas raízes e na compreensão dos fenômenos geográficos é evidente a vinculação entre os fenômenos materiais e imateriais, sendo, portanto, necessário ao geógrafo, explorar as fronteiras do saber, principalmente com a Filosofia, para poder enveredar-se por este caminho. Neste ensaio, desenvolvemos esta discussão, destacando a importância das representações sociais como uma das formas de se entender o homem em seu ambiente, a partir de seus fenômenos imateriais, buscando na fenomenologia, importantes apontamentos que terão de ser cada vez mais desenvolvidos pela Geografia. Este não é o caminho, mas um caminho na constante exploração das fronteiras do conhecimento geográfico, a ser trilhado pela Geografia, como ciência, e pelos geógrafos, como pessoas.

**Palavras-chave:** Geografia; Imaterialidade; Fenomenologia; Fronteiras do Saber; Afetividade; Sensibilidade.

---

## **O SENSÍVEL E A AFETIVIDADE NAS FRONTEIRAS DO SABER: SOBRE A IMATERIALIDADE DOS FENÔMENOS GEOGRÁFICOS**

*Nas tendências geográficas, este século será o "século da afetividade", como objeto de interesse científico.* Livia de Oliveira (2003)

## 1. Tecendo o Fio

Nas fronteiras do saber, principalmente na constituição de um corpo teórico-metodológico, no âmbito da ciência, a contribuição geográfica poderá ser significativa, na medida em que forem desvendadas e ao mesmo tempo tecidas as raízes e as matrizes que ligam os fundamentos que constituíram o caminho das preocupações acerca das relações do homem com o ambiente. A contribuição geográfica pode estar além desta abordagem, mas também se insere como uma das disciplinas na construção do saber científico, a caminho da integração do(s) conhecimento(s), não mais fragmentado(s) ou voltado(s) apenas para a explicação dos fenômenos, mas também firmando na *praxis* ou no empírico, suas bases na estruturação do conhecimento.

Contudo, é perigosa a encruzilhada das fronteiras do saber, pois, ao mesmo tempo em que as novas formas de conhecimento se reestruturam, abrindo para um caminho interdisciplinar, a tradição e o conhecimento acumulados de cada corpo disciplinar não podem ser esquecidos. Por outro lado, o pioneirismo de algumas linhas teóricas lançadas pode conduzir a um corpo sem base. Porém, é preciso abrir e explorar fronteiras geográficas a caminho da aproximação filosófica e das teorias críticas sociais, sem se esquecer de um dos importantes princípios que estruturaram a ciência geográfica: o estudo das relações do homem e seu ambiente.

É preciso, porém, crescer e avançar ainda mais. As preocupações recorrentes entre vários cientistas nas últimas décadas do século XX, relacionadas aos sentidos e à natureza do homem e da sociedade e suas relações, conduziram os pensadores de diversas áreas do conhecimento a buscar novas referências, além de suas raízes teóricas e disciplinares, na tentativa de ampliar e solidificar o corpo teórico, para compreender as várias dimensões da vida e da experiência humana neste planeta.

Nesta busca, a Geografia, nos últimos 20 anos, tem se interessado em ampliar seus horizontes, fazendo importantes questionamentos teóricos ou indagações sobre a própria natureza e a forma de fazer a ciência geográfica. O objetivo tem sido o de refinar o seu edifício conceitual, partindo das raízes e da tradição de estudos geográficos, para avançar no desenvolvimento de novas posturas. Neste sentido, os geógrafos têm tentado tecer algumas rupturas e compreender as novas fronteiras, abertas principalmente com o conhecimento de outras áreas que também têm se preocupado em compreender a natureza do homem, suas relações perante a evolução da sociedade e, sobretudo, as ações, fenômenos ou relações antes não estudadas ou mesmo consideradas como não possuindo um estatuto geográfico. Entre estas, estão de forma destacada, os **fenômenos imateriais**, principalmente os ligados à afetividade, ao imaginário e aos processos de imaginação, percepção, cognição e representação.

Alguns destes conhecimentos já têm sido estruturados desde o fim do século XIX. Porém, somente a partir das últimas décadas do século XX é que esses conhecimentos têm sido mais densamente relacionados e trabalhados, colocando novas fronteiras na compreensão do homem, sua mente, suas atitudes e suas imaginações, superando sua relativa fragilidade epistêmica inicial, trilhando por caminhos e referências ainda pouco exploradas. Assim, as indagações e os questionamentos realizados no âmbito da Antropologia, Filosofia, Psicologia, Biologia e Sociologia, podem auxiliar a compreender melhor a questão da vida do homem no seu

espaço circundante, com diferentes manifestações e distintos comportamentos. E a história do desenvolvimento destes conhecimentos encontra-se com a Geografia, que já há bastante tempo, embora de forma relativamente pontual, têm se interessado por essas fronteiras, antecipando-se, em muitos aspectos, as teorias hoje bastante discutidas sobre a relação do homem com o ambiente.

Com o conhecimento das diferenças entre os vários espaços onde o homem vive, e as diferentes realizações de vida nos vários pontos do planeta, como também as injustiças verificadas pelo domínio do poder, simbólico ou não, o exercício da imaginação criativa tem aumentado nos últimos 20 anos, em todos os campos da ciência. Mais que isso, a atenção que se tem desprendido em relação aos fenômenos culturais, psíquicos e subjetivos, é cada vez maior, envolvendo não apenas a ciência e sua "*guinada*" para a afetividade e os fenômenos imateriais, como também uma mudança nos paradigmas sociais, como aponta o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, em suas análises acerca das mudanças de paradigmas nas mais amplas dimensões da vida e da sociedade (SANTOS, 1996; 1998; 2000).

A Geografia, no Brasil, ainda carece de uma maior consideração destes fenômenos. Ela deve insistir na ampliação de suas fronteiras e de seu arsenal analítico, sendo necessário uma revisão mais acurada de sua historiografia, procurando mudanças em direção a uma transição mais fluida entre posturas e embasamentos teórico-metodológicos distintos, encontrando as "*ferramentas*" certas para cada ocasião e objeto.

Neste ensaio, procuramos avançar nesta discussão, refletindo sobre as abordagens e estudos geográficos que têm procurado fazer isto por preocupar-se com os fenômenos imateriais. Neste sentido, entre as categorias que têm recebido grande atenção dos geógrafos estão a **percepção** e a **representação**. Nestes trabalhos, essencialmente interdisciplinares, exige-se um diálogo constante além das fronteiras da Geografia, revelando, de formas distintas, o que é sensível e afetivo, focando os sentidos e sentimentos humanos. Privilegiamos os estudos que têm tratado destes fenômenos e categorias a partir de uma abordagem fenomenológica, procurando entender os sentidos filosóficos e a significação geográfica dos fenômenos imateriais, os quais são essencialmente ligados à vida e à experiência humana em seu ambiente, ou seja, a dimensão do lugar.

Iniciamos refletindo sobre a ciência contemporânea, que revela um cenário rico e complexo, de onde emerge tais preocupações na ciência e na Geografia. Em vista disso, há uma emergência cada vez maior de incorporar uma preocupação filosófica e teórico-metodológica nos trabalhos dos cientistas que procuram explorar e ampliar as fronteiras do saber. Após localizar a Geografia e a fenomenologia neste cenário, passamos à discussão acerca da imaterialidade dos fenômenos geográficos, a partir do lugar.

## 2. O Lugar, Centro da Afetividade e da Razão Sensível

Boaventura de Sousa Santos, na sua obra *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, faz uma decomposição da Ciência Moderna, da dogmatização à desdogmatização, partindo para a análise das metodologias. Ele compõe assim um balanço da teoria do conhecimento, fazendo uma reflexão sobre as orientações epistemológicas dominantes, chamadas por ele de **paradigma dominante**:

*O grande debate metodológico da ciência moderna tem sido sempre, desde Bacon e Descartes até hoje, o de saber qual a participação, na criação de conhecimento, do sujeito e do objecto, ou, o que é o 'mesmo', qual a participação da teoria e dos factos, ou ainda, qual a participação dos conceitos e da observação. As correntes objectivistas, naturalistas e empiristas privilegiam a participação do objecto, dos factos e da observação, enquanto as correntes racionalistas, idealistas e subjectivistas privilegiam o sujeito, a teoria e os conceitos. (SANTOS, 1998, p.80)*

O autor mostra que há um outro paradigma, o emergente, que se tem insinuado contra as verdades e os dogmas da modernidade. Para Santos, este paradigma ainda não está plenamente configurado, mas já podemos identificar alguns de seus traços, entre os quais, é bastante nítido o vislumbre de uma nova forma de conceber as relações e os fenômenos, pautada numa amplitude maior para as possibilidades do conhecimento científico, principalmente ligando-se a outras formas de conhecimento - diálogo proibido na ciência moderna - como a arte, a religião e o senso comum. Neste aspecto, Santos localiza esta **"guinada" para a afetividade**, que estamos identificando, neste movimento que chama, por falta de um nome melhor, de *"ciência pós-moderna"*.

No cerne desta crítica, está o questionamento da pretensa objetividade do conhecimento científico e o menosprezo pela subjetividade e pelos fenômenos que envolvem a afetividade e a sensibilidade humana, ou seja, os fenômenos imateriais. A ciência moderna tornou-se obcecada pela materialidade, acreditando ser possível matematizar e mensurar qualquer fenômeno natural, humano ou social. Sobre este ponto, é interessante as colocações de Isabelle Stengers em seu livro *A Invenção das Ciências Modernas*. A autora, filósofa e epistemóloga belga, especialista em história e filósofa da ciência, é química e tornou-se mundialmente conhecida pelas suas obras escritas em parceria com Ilya Prigogine.

Stengers (2002, p.11) parte de um ponto muito instigante: a ciência e seus intérpretes. Segundo a autora, *"um rumor inquietante se espalha pelo mundo dos cientistas. Existem, ao que parece, pesquisadores, ainda por cima especialistas em ciências humanas, que investem contra o ideal de uma ciência pura"*. A partir disso a autora desenvolve uma crítica à pretensa objetividade e à separação estabelecida, pelos cientistas, entre ciência e sociedade. Sobre isso, a filósofa Regina Schöpke, comentando a obra de Stengers, sob o título *"Questões de uma ficção chamada ciência"*, assinala: *"[...] não está preocupada em defender a 'objetividade' ou a 'neutralidade' das ciências", pois "[...] tais saberes expressam a grande aventura do conhecimento e a tentativa mais eficaz de transpor o abismo que existe entre os homens e o mundo."* Ao contrário, Schöpke afirma que Stengers pretende trazer para perto, ciência e ficção, acabando com uma distinção mais esquemática e profunda. Isto não significa *"[...] decretar a falência do conhecimento científico ou filosófico, mas apenas mostrar que todo conhecimento é uma construção, uma ficção necessária que nos permite e nos ajuda - até onde é possível - a dar conta da realidade."* (SCOPKE, 2003, p.D10)

Estas questões colocam no cerne o questionamento do edifício científico construído ao longo dos séculos XVIII e XIX e sedimentado no século XX. Mas, em que consiste este edifício? Como (por que) superá-lo? Haverá novas e distintas perspectivas para o novo século?

Em *Anais de um Simpósio Imaginário*, Beto Hoisel afirma que sim. Ele elabora o *Primeiro Simpósio Internacional para a Consciência Gaia*, ocorrido em 2008, que reúne

12 pensadores (cientistas e sábios) do mundo todo, para discutir a sucessão dos paradigmas científicos e a formação de uma consciência do planeta Terra. Obra de ficção científica de natureza filosófica, relata que nos últimos anos do século XX constatou-se que muito do que sempre se tinha considerado como prática científica isenta e imparcial, objetiva e precisa, não era real pois um grande volume de críticas e denúncias tem demonstrado que grande parte do que se considera como ciência, consiste no exercício de uma devoção muito semelhante à que se encontra nas seitas religiosas, multiplicando-se em torno de inúmeros profetas que surgem com freqüência.

Jean-François Valjean Arouet, é um dos supostos cientistas convidados que explanou sobre os *"Tabus e fobias da ciência do século 20"*. O autor destaca três "seitas" ditas científicas que dominaram o século passado, em torno de profetas surgidos no século anterior: o **darwinismo**, a **psicanálise freudiana** e o **marxismo**, estando conectadas ou não a interesses político-econômicos imediatos. Por outro lado, "Em nome da devoção a essas seitas, ou motivados por uma inércia cultural vinculada ao paradigma materialista, cientistas e intelectuais competentes desorientaram-se, entregando-se a procedimentos incompatíveis com a isenção que a ciência sempre alegou possuir". (AROUET, 1998, p.230). A ciência acovardou-se atrás destes profetas, que foram tomados de maneiras dogmáticas, gerando tabus e fobias os quais têm sido objeto de freqüente crítica e busca de superação. Este dogmatismo, apontado por Arouet como *"devoção a seitas"*, foi e é manifestado pela não aceitação da mobilidade entre o conhecimento ou o seu diálogo, pela noção de verdade rigidamente concebida e pela crença no estatuto primordial de seus métodos e orientações *"proféticas"*.

Outro pensador convidado foi o chinês Tien Cheng Tzu. Ele escreveu sobre o tema *"Se não poder sorrir com ele, não é o verdadeiro Tal"*, refletindo acerca dos encontros e diferenças entre o homem oriental e o ocidental. Segundo Tzy, a percepção do mundo para um oriental e um ocidental é quase que radicalmente oposta e contrária. Com sabedoria, ele destaca essas diferenças ilustrando com a forma de construir o pensamento. *"As considerações dos filósofos ocidentais têm sido construídas em cima de conceitos verbais e abstrações, portanto, são frágeis e não se aplicam para orientar as ações verdadeiras da vida nem para interpretar o fluxo inexorável das coisas."* (TZU, 1998, p.256) Uma ilustração da diferença da colocação das questões está assim expressada pelo autor:

Um chinês, quando vai discorrer sobre um determinado tema, começa pela conclusão do que pretende dizer, pelo centro do assunto, ou pelo conhecimento mais profundo que pensa obter a partir do que vai dizer. Depois, discorre sobre tópicos correlatos ao que antecipadamente concluiu, sem que haja necessariamente uma relação lógica ou de causalidade entre esses tópicos e a conclusão. (TZU, 1998, p.257)

O que Tzu chama atenção, é para a natureza empírica do conhecimento oriental, enquanto o conhecimento ocidental possui uma fundamentação oriunda da teoria, da linguagem. Enquanto a **experiência sensorial** é tida na civilização oriental como a principal fonte de conhecimento (assim como as civilizações autóctones na América), a civilização ocidental, através de suas tradições há muito enraizadas, prioriza o saber especulativo que se mostra muitas vezes descolada da experiência.

Junto com esta diferenciação, Kether Weisskopf, o terceiro pensador que queremos mencionar, explanando sobre *"A treliça dimensional de suporte à totalidade"*, lembra de outro ponto fulcral: *"A rejeição da face subjetiva da totalidade levou a ciência do século 20 a um impasse, mas ela é a chave que abre as portas para a nova ciência"*

*do terceiro milênio.*" (WEISSKOPF, 1998, p.54). Esta rejeição é característica do ocidente, marca da civilização ocidental que a ciência moderna adotou sem maiores constrangimentos. O autor prossegue:

*No Ocidente, a nossa maneira de ver o mundo repousa ainda sobre alicerces gregos: foi na Grécia Antiga que se estruturou a nossa forma de pensar e entender, que se organizaram os modelos de realidade que adotamos e que têm sido reajustados com o passar dos séculos, sem no entanto deixarem de ser essencialmente os mesmos. Plus ça change, plus c'est la même chose.* (WEISSKOPF, 1998, p.57)

A dicotomia material/imaterial é claramente manifesta na ciência moderna, clara à separação entre as instâncias do saber, como a ciência, a filosofia, a arte e o conhecimento escolástico-religioso, o que leva o autor a reafirmar a importância da integração entre estes saberes. Na Antigüidade Clássica, afirma o pensador Weiskopf, não havia separação entre estes saberes e não estavam comprometidos com a mitologia judaico-cristã e seus desdobramentos na ciência ocidental:

*Estou certo de que esta união paradoxalmente se fará sem que a ciência abandone o rigor dos seus métodos, sem que a arte perca sua liberdade criadora, sem que a filosofia se ajuste a moldes ideológicos e sem que os férteis mitos religiosos de todos os povos sejam desdenhados como irrelevantes fantasias.* (WEISSKOPF, 1998, p.61)

Várias são as formas de se buscar romper com este dogmatismo e com as "*seitas científicas*", em direção a uma re-colocação de outras categorias e objetos de conhecimento em foco. John Polkinghorne, físico de partículas e pastor anglicano, relativiza esta questão, lembrando que o problema não está na ciência, mas no cientificismo. Segundo o autor, a capacidade da ciência de proporcionar respostas universais às questões que ela mesma formula gera em muitas pessoas o agradável sentimento de conforto, levando-as à ciência em busca de verdades, considerando-a como nosso único guia confiável. Porém, Polkinghorne (2001, p.16) lembra que esta não é a única forma de ver a ciência:

*Em oposição, existe o que nós poderíamos chamar de avaliação desconstrutivista da ciência. Ela se apresenta de duas formas, uma condenação mais popular (na verdade, na maioria das vezes jornalística) da falha da ciência em ir ao encontro das necessidades humanas, e uma crítica filosófica da habilidade da ciência de realmente gerar conhecimento.*

A primeira, segundo o autor, relaciona-se à visão do imperialismo científico que não tem contribuído (na verdade, sendo destrutivo) para o bem-estar humano, enquanto a crítica filosófica aponta para a grande reserva de poder que a ciência tem dado à humanidade sem, necessariamente, converter-se em sabedoria, situação vista

na nossa situação atual à mercê de desastres ecológicos e militares em potencial, os quais a tecnologia somente tem servido como catalisador.

Portanto, o problema maior é o cientificismo, não a ciência. Porém, como lembra Stengers (2002), como separar ciência de sociedade? Neste caso, como separar a concepção de ciência como estatuto da verdade da visão de cientistas e da própria sociedade de que este seja o verdadeiro estatuto da ciência?

Edward O. Wilson, em seu conhecido livro *A unidade do conhecimento: consiliência*, discorre sobre o progresso nas ciências sociais, comparando-o ao das ciências médicas. Segundo o autor, ambas receberam importantes problemas para tratar, porém, observa-se que o desenvolvimento nas ciências sociais foi muito mais lento que o progresso das ciências naturais, pois, mesmo as descobertas genuínas foram freqüentemente obscurecidas por discussões ideológicas em virtude de, na maior parte das vezes, antropólogos, economistas, sociólogos e cientistas políticos não compreendem e nem encorajam uns aos outros. Na sua crítica, Wilson (1999, p.174) observa que os cientistas sociais são facilmente tolhidos pela lealdade tribal, prestando pouca atenção aos fundamentos da natureza humana, interessando-se pouco pelas suas origens profundas, não incluindo a biologia e psicologia como importantes raízes da natureza humana. Wilson (1999, p.181) aconselha: "*Se os cientistas sociais optarem por selecionar a teoria rigorosa como sua suprema meta, como fizeram os cientistas naturais, terão sucesso na medida em que cruzarem amplas faixas de tempo e espaço.*"

Wilson vê a *consiliência* como a chave para a unificação, pois o autor prefere esta palavra à "*coerência*", devido à sua raridade que lhe preservou a precisão; enquanto "*coerência*" tem vários significados possíveis, *consiliência* possui apenas um. Wilson menciona William Whewell que, em sua síntese de 1840, *The philosophy of the inductive sciences*, como tendo sido o primeiro a falar de *consiliência*, literalmente um "*salto conjunto*" do conhecimento pela ligação de fatos com a teoria baseada em fato sem todas as disciplinas para criar uma base comum de explicação. Disse ele: "*A Consiliência de Indução ocorre quando uma Indução, obtida de uma classe de fatos, coincide com uma Indução obtida de outra classe diferente. Essa consiliência é um teste da verdade da Teoria em que ocorre.*" (WHEWELL, apud WILSON, 1999, p.9)

Nas últimas décadas, Wilson observa que as ciências naturais se expandiram para atingir as fronteiras das ciências sociais e humanas. Ali, o princípio da explicação consiliente que norteia o avanço deve passar pelo teste mais rigoroso. O autor acredita que nas ciências físicas isto têm sido relativamente fácil, enquanto nas ciências sociais e humanas apresentam-se como o derradeiro desafio.

Mas há debate verdadeiro entre as ciências físicas e sociais?

Esta é uma questão recorrente e importante, apesar de muitos a encararem como uma não-questão, argumentando que tal divisão não existe. Wilson (1999, p.9) reconhece que as "*[...] fronteiras disciplinares dentro das ciências naturais estão desaparecendo, para ser substituídas por domínios híbridos mutáveis, onde a consiliência está implícita. [...]*" De fato, a constituição dos fenômenos é apreendida de maneira cada vez mais integrada, porém, a realidade nunca é apreendida como totalidade. A ciência apenas aproxima-se do real por partes, tratando de fragmentos que são descritos e estudados mediante um método. Falamos, portanto, de representação.

Maria Isabel Mendes de Almeida, escrevendo sobre subjetividade e ciências sociais, registra a necessidade de estudar cuidadosamente esta questão: "*Já não são poucas as análises recentes, realizadas no campo das ciências sociais, que vêm demonstrando a necessidade de combinar, avançar ou 'ir além' do registro e do conjunto de recursos oferecidos pela noção de representação.*" A autora mostra que

algumas dessas análises têm procurado realizar incursões em universos alternativos à representação ou mesmo complementares e associados a ela. Entre estas, Almeida afirma que é possível destacar, por exemplo, as que vêm privilegiando a noção de textos como contrapartida mais fecunda à idéia de contexto, para uma reflexão sobre ações sociais significativas. A crítica literária, por sua vez, vem se constituindo como mais um exemplo de abordagem alternativa e complementar ao conceito de representação. (MENDES DE ALMEIDA, 1999, p.143)

Estamos falando agora, portanto, sobre método. E falar sobre método é falar sobre teoria.

Neste sentido, procuramos resgatar as idéias do geógrafo Richard Hartshorne que, na nossa concepção, antecipou-se a muitos filósofos e pensadores contemporâneos que estudam as raízes da Geografia, pelo viés da dicotomia da Geografia Física e da Geografia Humana, que consideramos ultrapassada. A preocupação maior do autor está no método. Ele assinala esta perspectiva em seu livro *Questões sobre a Natureza da Geografia*, publicado em inglês em 1959. Ele afirma:

*Se examinarmos comparativamente as diversas ciências, verificaremos que embora o caráter unitário de muitas seja determinado pela matéria estudada, isso não é verdadeiro quanto a todas elas; em algumas ciências, a **unidade reside no método de estudo**. A Geografia pertence ao segundo grupo.* (HARTSHORNE, 1969, p.235, grifos nossos)

Hartshorne coloca desta maneira o **método** como elemento central de uma ciência, sendo ele capaz de definir, em alguns casos, a unidade e a identidade das disciplinas. Contudo, Hartshorne não compartilhava da idéia das "gavetinhas" do saber, onde o método seria um elemento para dicotomizar formas de estudo da realidade empírica ou imaterial. Sabiamente, ele observou: *"a organização dos conhecimentos não exige uma clara divisão em compartimentos, o que seria efetivamente uma violação da unidade essencial da realidade. Ao contrário, impõe o reconhecimento de divisões coerentes e maleáveis, mas que, de preferência, se superpõem em parte."* (HARTSHORNE, 1969, p.242). Esta é uma evidência clara que vemos em muitos geógrafos da época e até mais antigos, onde a unidade do planeta e dos fenômenos é bastante evidente, não havendo razão para dicotomizar as formas de estudo dos fenômenos.

Os métodos e as teorias são formas de se aproximar desta realidade de forma recortada, limitando as análises ao que o método se propõe como objeto e estatuto ontológico.

Neste sentido, teoria e método andam sempre juntos, conforme mostra Edgar Morin, um dos grandes expoentes da ciência contemporânea. Segundo o autor, *"a ciência deve reatar com a reflexão filosófica."* (MORIN, 2000, p.11). É necessário, portanto, um refinamento no pensamento e na forma de tratamento dos problemas, visando um aprofundamento dos embasamentos utilizados, para fugir de outros "dogmas" de "seitas científicas" novas, pois, segundo Wilson (1999, p.49), *"nada na ciência - nada na vida, por sinal - faz sentido sem teoria. É da nossa natureza pôr todo o conhecimento em contexto para contar uma história e recriar o mundo desse modo. [...]"*

Esta preocupação está no cerne das discussões acerca das teorias e dos métodos de pesquisa que, em última análise, revelam o próprio escopo científico e as



verdades ontológicas intrínsecas à prática científica. Morin (2000, p.335) traça a inseparabilidade e importância de teoria e método:

*Uma teoria não é o conhecimento; ela permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada; é a possibilidade de uma partida. Uma teoria não é uma solução; é a possibilidade de tratar um problema. Em outras palavras, uma teoria só realiza seu papel cognitivo, só ganha vida com o pleno emprego da atividade mental do sujeito. É essa intervenção do sujeito que dá ao termo **método** seu papel indispensável.*

Morin traz assim a ênfase ao sujeito. Sem sujeito, não há pesquisa. Mais que isso, sem a "atividade mental do sujeito" não há teoria e, portanto, não há pesquisa. E toda pesquisa surge da teoria, que são idéias, não dogmas. Porém, se concebemos o sujeito em sua relação simbiótica com o lugar e suas atividades mentais como não exclusivamente racionais, mas também emocionais, psíquicas e afetivas, além das atividades sensoriais, como não ligar o trabalho científico à própria natureza humana, sem a dicotomização sujeito-objeto, objetivo-subjetivo, razão-emoção? Como não ver a prática científica como sujeita ao pesquisador e ao lugar?

No início do século XX, mais precisamente em 1903, Paul Vidal de La Blache escreveu: "a geografia moderna é o estudo científico de lugares" (apud THRIFT, 1996, p.222). Trata-se da obra *Tableau Géographique de la France*, amplamente difundida na França. Vidal já antecipava assim a necessidade de se perscrutar de forma mais precisa a relação entre o homem e o seu ambiente, aprofundando as relações mais de cunho fenomenológico, que Yi-Fu Tuan desenvolveria posteriormente em sua obra *Topofilia*, em 1974, e posteriormente em *Espaço e Lugar*, em 1976, além da importante contribuição de Edward Relph com *Place and Placelessness*, de 1976. Vidal estudou as grandes transformações do camponês francês que migrava para as cidades, quando o processo de desenvolvimento urbano-capitalista se instaura em vários países europeus a caminho da industrialização, fazendo apontamentos importantes para o estudo do lugar.

Pouco depois, em 1939, por ocasião da publicação de sua obra mais célebre, *The Nature of Geography*, Hartshorne também antecipava a importância da categoria lugar como um importante objeto da Geografia, antes mesmo das já referidas contribuições de Tuan e Relph. Hartshorne (apud CASEY, 2001, p.683) afirma: "It was to satisfy man's curiosity concerning the differences of the world from place to place that geography developed as a subject of popular interest."

No entanto, cabe a um filósofo, um dos esforços mais consistentes na atualidade, o avanço na compreensão do lugar, como foco da vida e da colocação do eu no mundo. Trata-se do filósofo estadunidense Edward S. Casey, que tem se dedicado em inúmeras obras ao estudo da relação entre Geografia e Filosofia, aprofundando-se no estudo do **lugar como foco da experiência humana**. Em seu artigo, "Between Geography and Philosophy: what does it mean to be in the place-word?", Casey (2001) trata o assunto de forma coerente e profunda, buscando a significação da relação e da ligação entre o eu e o lugar. O que o filósofo constrói, no entanto, é uma compreensão do estatuto geográfico da experiência do sujeito (*self*) no lugar, sendo este último o centro da afetividade e da imanência da razão sensível, ou seja, a essência geográfica do sensível e da afetividade.

## 2.1. O Lugar e as Fronteiras do Saber: Geografia e Filosofia

Entre as críticas à ciência moderna (e ao paradigma moderno em sua acepção mais ampla), está a crítica à morte do sujeito, como argumenta Alain Touraine em *Crítica da modernidade* (TOURAINÉ, 1998). Na chamada pós-modernidade, a crítica freqüente é a morte dos lugares, com o espaço virtual (ciberespaço), sendo apontado como o grande vilão nas transformações cognitivas e espaço-temporais contemporâneos, ora numa perspectiva mais positiva, ora numa abordagem mais pessimista (KOLB, 2001). Mas em geral decretando a ascensão de um espaço-tempo marcado pela diminuição da sociabilidade e o aumento da alienação, enquanto os lugares perderiam importância e os sujeitos se veriam confinados à força de alguns espaços extremamente densos. Estas críticas são importantes no momento em que buscamos na afetividade e na relação do homem com seu ambiente, uma orientação para a vida e a ciência contemporânea, num esforço em recolocar os sentimentos na ordem do dia. Porém, será que a afetividade, o eu e o lugar sobrevivem em tempos de massificação e produção de subjetividades em massa? (GUATARRI, 1993)

Para Edward C. Casey, sim. O filósofo relata a densificação dos lugares, que passam a colocar o eu em teste. Ele resgata Yi-Fu Tuan, em sua obra *Cosmos and Hearth*, de 1996, onde o geógrafo coloca que o cosmopolita cético ao menos aprende a ser sensível com a diversidade cultural, diferente daqueles que se recusam a deixar o seu ninho, ficando assim insensíveis ao mundo maior. O que o filósofo quer enfatizar é que a atual interação entre espaço real e espaço virtual não é necessariamente de degradação do eu. É o que o autor chama de "*lógica compensatória da perda*", onde o menos de um e o mais do outro estão emparelhados. O eu não "*perde*" necessariamente para os lugares. A relação estabelecida não é de "*mais para menos*", ou seja, quanto mais intensos os lugares, menos forte ficará o eu. Na verdade, Casey argumenta que a relação é de "*mais para mais*", o que significa que quanto mais densos os lugares, mais necessidade e movimento existe no sentido do eu fortalecer-se. O autor esclarece:

*The compensatory model allows us to imagine that both self and place may paradoxically prosper in the very desert of the postmodern period, the experience of each being enhanced, rather than simply undermined, in the wasterland of a dried-out life-world. Despite an affinity for thick places, the contemporary self can flourish even in spaces that are disembodied, virtualized, and notably thin. (CASEY, 2001, p.686)*

A pergunta que Casey coloca é: o que liga o eu ao lugar, seja no pré-moderno, no moderno ou no pós-moderno? A ligação está no *habitus*, que Casey pega de Bourdieu. O termo liga natureza e cultura, consciência e corpo, o eu e o outro, o mecanismo e o teleológico, o determinismo e a liberdade, a memória e a imaginação, sendo a base para qualquer ação em qualquer esfera, em qualquer lugar.

O filósofo propõe que *habitus* é um termo de intermediação entre o lugar e o eu, e em particular entre o lugar vivido e o eu geográfico, pois "*a given habitus is always enacted in a particular place and incorporates the features inherent in previous such places, all of which are linked by a habitual bond.*" (CASEY, 2001, p.686) *Habitus* traz inerente a temporalidade, que nos obriga a rever a separação kantiana de tempo (história) e espaço (geografia). Segundo Casey, o *habitus* é tão espacial quanto temporal no processo de sua formação e consolidação, sendo o lugar primeiramente (mas não somente) espacial e o eu primeiramente (mas não somente) temporal, o que permite ao sujeito geográfico insinuar-se mais completamente nas experiências do mundo da vida.

Neste sentido, Casey reflete acerca da perda de densidade dos lugares, como não sendo, na verdade, referente aos lugares, mas aos *habitus*. Quem perde (ou se transforma) é o *habitus* que ligam lugares aos eus, e não um ou o outro. Porém, o autor afirma que nestes momentos, o que ocorre é uma mudança de estatuto dos *habitus*, podendo, aí sim, acontecer a inversão do "*mais com mais*", mais lugar, mais eu, para "*menos com menos*", menos lugar e menos eu. A mudança do estatuto do *habitus*, sem uma perspectiva de inversão compensatória pode gerar, portanto, para Casey (2001, p.687), uma dupla perda: "[...] *loss of place, loss of self*".

A análise de Casey encaminha-se para um ponto central: o corpo. É o corpo que media a relação do eu com o lugar. É o corpo, através dos sentidos, que faz a mediação também dos dois movimentos desta relação: *outgoing* (saindo) e *incoming* (entrando). Casey (2001, p.688) explica:

*Outgoing. The lived body encounters the place-world by going out to meet it. It does this in myriad ways, including highly differentiated and culturally freighted ways, such as racial or class or gender identity, the focus of so much recent writing on the body. [...]*

*Incoming. But the body not only goes out to reach places; it also bears the traces of the places it has known. These traces are continually laid down in the body, sedimenting themselves there and thus becoming formative of its specific somatography.*

O *outgoing*, portanto, refere-se à orientação do corpo no espaço, tanto nas oposições binárias (em cima/embaixo, na frente/atrás e direita/esquerda) quanto no direcionamento no movimento (para cima/para baixo, para frente/para trás e para a direita/para a esquerda). O lugar-mundo, para Casey, é energizado e transformado pelos corpos, os quais são guiados e influenciados pelas estruturas inerentes do mundo.

O *incoming* mostra-se na inscrição que recebemos dos lugares. Elas manifestam-se em nós de forma tenaz (a tenacidade do lugar) e por sujeitarmos (sujeição ao lugar). Casey registra que, quando passamos por um lugar e o vivemos, ele se inscreve em nós através de nosso sentimento, ou seja, através do sentimento que experienciamos naquele lugar, naquele tempo. Assim como Proust afirmou, "[...] *the essence of a place can be compressed into a single sensation, which, being reawakened, can bring the place back to us in its full vivacity*". (apud CASEY, 2001, p.688). Esta é a tenacidade do lugar. Quanto à sujeição, Casey registra que ela se dá tanto através da docilidade, onde somos meras criaturas de um lugar, até a apreciação, na qual gostamos de estar em determinado lugar, chegando à mudança, pela qual nos alteramos em função de termos estado em determinado lugar. Este entendimento permite ao autor afirmar que continuamos nos lugares aos quais nos sujeitamos, mesmo tempos depois, pois os lugares **estão em nós** e, na verdade, **são nós mesmos**, graças a sua incorporação em nós por um processo de somatização, cuja lógica ainda está para ser descoberta.

Casey (2001, p.688) sintetiza esta relação indissociável entre o eu e o lugar no que chama de *homo geographicus*: "*They constitute us as subjects. To be homo geographicus is to be such a subject. To be (a) subject to/of place is to be what we are as an expression of the way a place is.*" Suas reflexões levam o autor a um profundo estudo sobre as relações entre o sujeito, seu corpo e sua identidade com o lugar. O resultado é a contemplação da relação entre paisagem e lugar, conforme explica:

*The one [a paisagem] widens out our vista of the place-world - all the way to the horizon - while the other [o lugar] literally incorporates this same world and acts upon it. Without landscape, we would be altogether confined to the peculiarities of a particular place, its insistent idiolocalism; without leaving a mark on us, much less inspiring us to act toward it in novel and constructive ways. (CASEY, 2001, p.690)*

Casey coloca assim a paisagem e o corpo no centro do sujeito geográfico, sendo o corpo junto à paisagem, que nos permite experienciar e viver (constituir) o lugar. O lugar está, assim, indissociavelmente ligado à experiência humana. É a conciliação de corpo e mente, consciência e lugar.

O lugar é, portanto, o foco onde a razão sensível manifesta-se e se mostra de maneira mais evidente. Além disso, a sensibilidade e a afetividade estão claramente postas como manifestações na relação do "eu com o lugar" e do "lugar com o eu". É no lugar e com o lugar que os fenômenos imateriais de essência geográfica, mostram-se diariamente, no entrelaçamento do tempo com o espaço, do objetivo com o subjetivo e da materialidade com a imaterialidade.

Esta compreensão, porém, é uma dificuldade inerente tanto aos cientistas quanto aos geógrafos, conforme mostra Chris Philo, em um instigante ensaio sobre a Geografia Histórica, onde faz uma avaliação sobre esta área de investigação retomando os clássicos. Philo (1996, p.274) assinala que os geógrafos humanos, de um modo geral, sentem-se pouco à vontade "[...] em tratar de fenômenos destituídos de uma materialidade [...]."

Gregory *et al* (1996, p.12), discorrendo sobre os principais aspectos do fim do século passado, registra que a reestruturação e a desestabilização do capitalismo mundial, como também o colapso do socialismo de Estado na Europa Oriental e Central, e a crença geral de que estamos atravessando uma transição primordial na trajetória histórica do desenvolvimento global sócio-econômico e geográfico e agora, amplamente aceita. Na geografia, os anos sessenta suplantaram com sucesso a antiga tradição de "diferenciação de áreas"; e nas décadas de 1970 e 1980, uma crítica cada vez maior do limitado alcance empírico e da sustentação positivista da "análise locacional", faz surgir a geografia humana pós-positivista, que Gregory *et al* (1996, p.13) chamaram de "virada marxista" que, no início da década de 1980 essa "virada" influenciaria a orientação empírica e teórica de grande parte da geografia humana, expondo-se a importantes diálogos entre o marxismo e outros discursos, como a teoria crítica social. Na concepção de Gregory *et al* (1996, p.14), "[...] como um sinal da natureza incipiente dessa reviravolta, numerosos epítetos têm sido evocados para descrever esses recentes movimentos em geografia humana: pós-marxista, pós-estruturalista, crítico-realista, estruturacionista, feminista e, talvez o mais controverso, mas também o mais esquivo de todos, pós-modernista."

O lugar, nestas diferentes "viradas" e "guinadas", perde e ganha importância a cada tempo. Contudo, ele permanece sempre presente, estando em evidência em algumas correntes da Geografia desde a década de 1960, como ocorre, por exemplo, com a Geografia Cultural. Linda McDowell considera este um dos campos mais excitantes da área de trabalho geográfico, em virtude de abranger:

*[...] desde as análises de objetos do cotidiano, representação da natureza na arte e em filmes até estudos do significado de paisagens e a construção social de identidades baseadas em*

*lugares, ela cobre numerosas questões. Seu foco inclui a investigação da cultura material, costumes sociais e significados simbólicos, abordados a partir de uma série de perspectivas teóricas. (McDOWELL, 1996, p.159)*

Neste ensaio, a autora esboça três conjuntos principais de abordagens: escola de Berkeley, no período entre as duas Grandes Guerras; uma Geografia Cultural, que define a cultura como conjuntos de significados compartilhados, expressos nas práticas sociais, dentro de um lugar; e por último, a Escola do Paisagismo, que adotou como foco a interpretação de padrões de significação ou significado na paisagem.

Como desafios atuais, McDowell (1996, p.181) relata que o que une os geógrafos culturais é a "*[...] investigação de como as interconexões entre as forças globais e particularidade local alteram os relacionamentos entre identidade, significado e lugar.*" A autora aponta o ensaio de Apadurai, "*Disjuncture and difference in the global cultural economy*", de 1990, onde são examinadas as paisagens da mídia do capital transnacional e a resistência às mesmas sem romantizar a resistência nem exaltar a penetração capitalista.

Um outro instigante aspecto, segundo McDowell, é a aproximação da Geografia com a Antropologia, com questões girando em torno das maneiras como um sentimento de comunidade, identidade e nacionalidade permanece enraizado ao lugar. A autora afirma que também estão se debatendo, como os geógrafos, com o relacionamento entre o "*mais local dos detalhes locais e a mais global das estruturas globais, de maneira que possam ser reunidos em uma visão simultânea.*" (GEERTZ, apud McDOWELL, 1996, p.181)

No editorial da revista *Géographie et Cultures*, de 1992, há uma reafirmação da importância de se compreender cada sociedade e os indivíduos que a compõem, articulando os diversos elementos que compõem a cultura, seus fundamentos ecológicos, suas manifestações técnicas e o jogo das instituições, valores e ideologias que a estruturam, nas suas práticas sociais espaciais, correspondendo ao que se pode chamar de curiosidades étnico-geográficas.

Estamos, agora, sendo lançados para as fronteiras do conhecimento geográfico. O que significa isso?

Significa entender o relativismo epistemológico e o pluralismo metodológico, que envolve tanto posturas quanto objetos, ou seja, envolve este pluralismo no conjunto da ciência, admitindo a articulação entre as ciências humanas-sociais e físico-naturais. Para Gregory *et al* (1996, p.16):

*[...] No passado, as ciências naturais sociais ou se baseavam ou se distanciavam do modelo recebido das ciências naturais. Daí por exemplo, a criação entre as abstrações geométricas da ciência espacial - as geometrias vazias de Christaller e Losch - e as evocações animadas do lugar, no seio da geografia humanística. [...]*

Segundo os autores, estas concepções da ciência moderna foram há muito abaladas por ciências como a história, a sociologia e a etnografia, "*fabulosamente ricas e até poéticas*", que trouxeram o entendimento de que a ciência é uma prática totalmente social. (GREGORY *et al*, 1996, p.16). Além disso, os autores reconhecem a

natureza problemática da construção teórica baseada no eurocentrismo, da qual nem a geografia como ciência espacial nem a geografia marxista conseguiram se desvencilhar com êxito. Por outro lado, Gregory *et al* afirmam que o envolvimento dos geógrafos com o marxismo foi, em parte, uma resposta a uma ciência espacial incapaz de enfrentar um mundo de injustiça social.

Caminhamos então para o entendimento da importância do envolvimento da Geografia com as ciências naturais e sociais. Este envolvimento caracteriza-se, entre outros fatores, pela mútua influência teórico-metodológica e até mesmo ontológica que marcou o desenvolvimento das preocupações em ambos os campos. Ora as ciências naturais incorporaram preocupações das ciências sociais, ora o inverso.

Gregory (1996, p.91), por exemplo, propõe tratar toda teoria social à semelhança de uma série de discursos sobrepostos, argumentativos e contraditórios que, em suma, *"[...] procuram de várias maneiras, e com variados propósitos, ponderar explicitamente e mais ou menos sistematicamente sobre a organização da vida social, tornar inteligíveis as práticas sociais e intervir em sua conduta e conseqüências. [...]"* E nesta perspectiva, em virtude do interesse renovado pela Teoria Social e especialmente pela Geografia Humana, o lugar volta à posição central:

*Uma das conseqüências mais óbvias, a meu ver, é que um interesse em lugar, espaço e paisagem - tradicionalmente uma das preocupações centrais da geografia humana - tornou-se uma das preocupações centrais das humanidades e das ciências sociais como um todo. Não acho que isto signifique que a disciplina esteja se dissolvendo, mas creio que sugere que o discurso da geografia tornou-se mais amplo do que a disciplina. [...]* (GREGORY, 1996, p.92)

Como manter, neste cenário, as fronteiras da ciência geográfica rigidamente estabelecidas? Como compactuar com a ânsia moderna da fragmentação do saber?

Esta é uma questão tão central que vêm sendo discutida pelos geógrafos há várias gerações. Luis C. Bahiana relata que é uma tradição antiga da geografia a tentativa de limitar onde acaba o campo de atuação dos geógrafos e começa a dos vizinhos. *"Já no final do século passado Vidal de la Blache polemizava com Durkheim a respeito de a quem caberia tratar da sociedade enquanto espacializada o que para alguns autores representou uma oportunidade que a geografia perdeu para firmar um campo de investigação mais restrito e efetivo"*. (BAHIANA, 1992, p.66)

Bahiana sistematizou uma bibliografia básica a respeito da teoria, metodologia e história do pensamento geográfico, com base na biblioteca do IBGE e a biblioteca do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se apenas de uma primeira sistematização quantitativa, classificada segundo os títulos dos artigos. Entretanto, foi valioso para este artigo, pois identificamos várias obras, tanto de geógrafos franceses e alemães quanto americanos, brasileiros e de outras nacionalidades, e observamos que a preocupação sobre as **fronteiras da pesquisa geográfica** já estavam presentes desde o início do século XX, que acreditamos, seja atribuído ao fato da própria natureza da Geografia que possui na sua gênese, a interface homem-natureza como um princípio de gênese epistemológica e metodológica nos seus estudos. Esta inerência, a de ser uma disciplina de interface, terá que ser sempre resguardada, como um importante fio condutor metodológico.

Nos estudos que consideram os fenômenos imateriais, a afetividade e o sensível, o principal não é a delimitação das fronteiras da pesquisa. Na verdade, estas fronteiras nos servem mais como horizontes, pois indicam para onde devemos caminhar e avançar no conhecimento. E este explorar de fronteiras não ocorre somente ao explorarmos novas teorias, métodos ou objetos, mas no próprio desenvolvimento das preocupações em torno de categorias de estudos específicas. Voltemos ao lugar. Voltemos ao filósofo Casey.

Referindo-se às características já comentadas do *outgoing* e do *incoming*, e suas expressões de **tenacidade** e **sujeição**, Casey (2001, p.688) afirma que os lugares estão em nós e em nosso *habitus* e habitação. Porém, nem um nem outro podem se expressar, isoladamente, "[...] *the factor of persistence of place in body*". Enquanto o *habitus* é a socialização codificada do eu corporificado, o autor afirma que a habitação é um compromisso ativista do mesmo eu. Neste caso, é necessário a adição de um terceiro ingrediente: o idioloalismo. Nele, Casey afirma que o *habitus* internaliza o sujeito coletivo da estrutura costumeira e normativa e a habitação precisa do sujeito intencional da ação. O autor assinala ainda que a idioloalidade invoca o sujeito que incorpora e expressa um determinado lugar, a idioloalidade é portada pelo corpo vivido, que é o próprio sujeito do lugar.

Casey crê que não se deve ter uma das três tipologias como privilegiadas. A questão chave está justamente na não exclusão de qualquer delas e a utilização de um ponto entre elas. Contudo, o autor não vê três espaços separados, antes, estas compõem uma tipologia dialética. Casey (2001, p.689) explica:

*There is only one subject of place, one body-subject, one embodied self who experiences, expresses, and deals with place by means of habitus, habitation, and idioloalization. Place is shared out among these three modalities; it is a matter of 'the betweenness of place,' in Nicholas Entrikin's (1991) striking phrase, which I interpret as referring to the pervasiveness of place, its permeation into every crevice of the body-subject in its habitual, habitational, and idioloal actions.*

Se o entendimento de uma só categoria, o lugar, por mais densificada que Casey possa interpretá-la, prescinde de tamanha dialética, que dizer da exploração dos fenômenos que se manifestam neste mesmo "lugar"? Assim, como Entrikin, não precisamos fazer uma escolha entre uma interpretação existencial ou natural, nem entre o *habitus*, a habitação ou a idioloalização. Devemos sim, buscar ampliar as fronteiras do saber para nos colocarmos **entre as diversas perspectivas**. Este posicionamento é tanto mais reclamado na investigação acerca dos fenômenos imateriais, os quais suscitam de maneira latente esta necessidade de conhecer e ampliar as fronteiras de nossa disciplina. E são estas fronteiras e seus métodos que buscaremos explorar agora.

### 3. A Ciência do Imaterial: Fenomenologia e Geografia

O fio condutor que perseguiremos agora é o dos fenômenos imateriais na Geografia, ou seja, em que abordagem teórico-metodológica e filosófica e em quais

categorias os geógrafos têm se enveredado e podem ainda aprofundar-se para a investigação, no campo das fronteiras do saber, no estudo destes fenômenos.

Ao longo deste fio, vemos desvelada a fenomenologia, como grande horizonte filosófico, além de várias categorias que são trabalhadas ora separadamente, ora de forma mais integrada, mas que comumente aparecem relacionadas, apesar de suas claras e, ao mesmo tempo, tênues diferenças. O fio é, evidentemente, seletivo, e contemplaremos alguns marcos teóricos que possuem reflexos importantes no Brasil.

Yi-Fu Tuan, célebre geógrafo sino-estadunidense, em *Topofilia*, obra pioneira e instigante, que produziu inúmeros desdobramentos e estudos no mundo todo, escrita há quase 30 anos, propôs-se a estudar a percepção, atitudes e valores em relação ao meio ambiente, o que, na opinião do autor, nos conduz a compreender "*nós mesmos*". Sua obra continua atual e despertando novas gerações de geógrafos a enveredar a auto-compreensão, sem a qual, segundo Tuan (1980, p.1), "[...] *não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos. E os problemas humanos, quer sejam econômicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos*". Tuan firma assim, junto com outros geógrafos contemporâneos seus, a importância dos fatores afetivos, imateriais, na compreensão geográfica do homem em seu ambiente, através de várias categorias trabalhadas diferentemente em vários momentos, com validades também distintas, principalmente em relação à escala e aos fenômenos específicos estudados.

Tuan e outros que trilharam os caminhos abertos de forma pioneira, tinham diversas referências, sem dúvida. Porém, a grande abordagem de orientação foi a **fenomenologia**. Tanto Tuan (1982) quanto Buttimer (1982), Relph (1979), Entrikin (1980), entre outros expoentes destas preocupações, expressaram isso textualmente. Estes autores foram um dos que encabeçaram um movimento que muitos denominam de Geografia Humanística ou Geografia Humanista (HOLZER, 1992). Porém, a chamada Geografia Cultural também afirma ter tal orientação filosófica (CLAVAL, 2001; 2002), embora esta associação seja muito menos freqüente e haja, principalmente na tradição saureana, uma forte influência do historicismo (HOLZER, 1992).

Mas o que significa ter a fenomenologia como orientação dos estudos na Geografia?

Edward Relph, em seu artigo sobre "*As bases fenomenológicas da Geografia*", publicado nos Estados Unidos em 1976, debruça-se sobre este assunto. Ele assinala a importância da obra de Eric Dardel, *L'Homme et la terre: nature de la réalité géographique*, de 1952 que, mesmo na década de 1980 ainda era pouco conhecida pelos geógrafos, apesar de ser a opinião mais completa das bases fenomenológicas da Geografia. A importância desta obra está no diálogo que Dardel trava com vários fenomenologistas, alguns contemporâneos seus e interlocutores cotidianos, como Heidegger, Bachelard e Minkonski. Além disso, Relph registra que Dardel incorpora ao seu discurso teórico descrições de experiências geográficas feitas por poetas, romancistas e geógrafos como, por exemplo, Shelley, Rilke, Vidal de La Blache e Emmanuel de Martonne. Essa obra definitivamente lançaria a Geografia como um dos pilares para o estudo dos vários sentidos do homem em relação ao seu ambiente.

Relph cita a expressão de Dardel que assinala a essência fenomenológica da Geografia:

*Geografia não é inicialmente uma forma de conhecimento, realidade geográfica não é primeiramente um 'objeto', espaço geográfico não é um espaço em branco esperando para ser*



*colorido ou preenchido. Ciência geográfica pressupõe um mundo que pode ser entendido geograficamente e, também, que o homem possa sentir e conhecer a si como sendo ligado a Terra. (DARDEL, apud RELPH, 1979, p.1)*

O que é, então, entender a Geografia a partir da fenomenologia? Relph, a partir de Dardel aponta: **o entendimento de que o foco geográfico está na relação experiencial do homem em seu mundo vivido, ou lugar.** Este entendimento envolve tanto os fenômenos materiais quanto imateriais, a partir da idéia de que não há divisão absoluta entre estes.

Nicholas Entrikin, outro estudioso das preocupações metodológicas da Geografia, fez um estudo sobre a evolução do humanismo em Geografia, publicado em meados da década de 1970. Neste artigo, após fazer uma discussão com as bases do movimento humanista em Geografia, a fenomenologia e o existencialismo, concluindo que "[...] a Geografia Humanista é melhor retratada como uma forma de criticismo", pois, na sua opinião, uma das maiores metas dos humanistas é fazer geógrafos mais conscientes e menos dogmáticos. A Geografia Humanista, segundo o autor, "[...] enquanto crítica, é um dos vários modos pelos quais os geógrafos podem tornar-se mais auto-conscientes e conhecer muitas das suposições e implicações ocultas em seus métodos de pesquisa." (ENTRIKIN, 1980, p.25)

É por isso que Entrikin localiza na orientação do movimento humanista não apenas a fenomenologia, mas sim a fenomenológica-existencialista, desenvolvida por filósofos como Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty, sendo o último a provável maior influência sobre os estudos dos geógrafos.

Contudo, como utilizar um método de especulação filosófica na investigação científica? E de que forma o método fenomenológico pode auxiliar na conquista da Geografia em direção à novas fronteiras de pesquisa, resgatando o homem e a sociedade, seus sentimentos, sonhos e angústias, na melhor compreensão do seu espaço e da sua vivência?

Certamente, existem dificuldades e implicações na utilização de um método filosófico, que anseia a universalidade, transpondo-se para a investigação científica, que prima a particularidade. Daniel A. Moreira debruça-se sobre este assunto. O autor afirma que haverá sempre imprecisões nesta transposição, havendo soluções variações diversas. Moreira (2002, p.96) cita Herbert Spiegelberg, um dos mais notáveis historiadores da fenomenologia, que estudou autores como Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty, Sartre, Gabriel Marcel, Paul Ricoeur, Brentano, Stumpf e outros, sintetizando a metodologia fenomenológica em sete itens:

- Investigação de fenômenos particulares;
- Investigação de essências gerais;
- Apreensão de relações fundamentais entre as essências;
- Observação dos modos de dar-se;
- Observação da constituição dos fenômenos na consciência;
- Suspensão da crença na existência dos fenômenos;

- Interpretação do sentido dos fenômenos.

Os três primeiros passos são de aceitação praticamente unânime por todos aqueles que trabalham com fenomenologia, na concepção Spiegelberg, enquanto que os quatro últimos são contraditórios, principalmente os dois últimos, que são os procedimentos básicos da chamada Fenomenologia Hermenêutica, impulsionada por Heidegger em seu *Ser e Tempo*. (MOREIRA, 2002).

O que é colocado em foco? O que estes três passos trazem para a pesquisa empírica? Moreira (2002, p.114-115) registra:

*Na aplicação do método fenomenológico à pesquisa, o fenômeno é algum tipo de experiência vivida, comum aos diversos participantes, como, por exemplo, haver passado por uma ocorrência traumática, sofrer de um certo mal, ter vivenciado por uma dada situação, etc. Os diversos aspectos da experiência, comum a todos os participantes, constituir-se-ão na essência dessa experiência vivida. Os aspectos particulares a cada participante, que não são comuns aos demais, não interessam ao pesquisador, porquanto não compõem a essência.*

Na Geografia, isto é bastante evidente, como os trabalhos de Tuan acerca da "*perspectiva da experiência*" (TUAN, 1975; 1983), ou mesmo vários trabalhos feitos no Brasil que se guiam pela experiência vivida no lugar, como foco do mundo vivido, o mundo fenomenológico. (MELLO, 1993; LIMA, 1996; HOLZER, 1998; GRATÃO, 2002; MARANDOLA JR., 2003).

Fazendo uma revisão sobre a redescoberta do lugar, Peter Jackson afirma que a experiência do lugar tem posição destacada na investigação dos geógrafos humanísticos, afirmando que estes têm continuado a investigar o senso de lugar das pessoas, dando atenção especial às relações entre lugar, identidade e existência material (JACKSON, 1986).

Edward Casey, no mesmo ensaio já comentado, remete-se às dicotomias mente/corpo de Descartes e lugar/consciência de Locke, registrando que a filosofia e o pensamento ocidental moderno não contemplava tais associações. Neste sentido, enquadra-se a fenomenologia, que Casey afirma ter como principal marca a contestação destas dicotomias, principalmente entre corpo e lugar, não sendo possível mais separar identidade física da pessoal. O resultado é, para Casey, uma relação dialógica, onde os lugares dependem dos sujeitos para existirem e os sujeitos não existem sem os lugares, numa relação que vai além da influência, conforme afirma: "**[...] no place without self and no self without place**". (CASEY, 2001, p.684).

Entretanto, já que o uso da fenomenologia pela Geografia não é do método em si, mas de uma orientação (BUTTIMER, 1982; HOLZER, 1998), o que os geógrafos podem se utilizar dela como metodologia?

Um aspecto marcante é a **descrição fenomenológica**, que envolve a "*busca das coisas mesmas*", ou seja, a descrição dos fenômenos antes das abstrações científicas (MERLEAU-PONTY, 1994). É a busca dos fenômenos como eles são experienciados.

Moreira (2002, p.98) afirma que a descrição deve ser feita por negação. O autor registra que as operações de intuir, analisar e descrever o fenômeno, são aceitas por tantos quantos praticam a Fenomenologia, porém, a Fenomenologia das Essências Gerais, ou intuição eidética, têm despertado suspeita naquelas:

*[...] que a consideram uma nova forma de misticismo. Tais suspeitas, porém, não impedem que a intuição eidética constitua um elemento comum do método fenomenológico.*

*Para que haja a intuição de essências, deve haver antes a intuição de particulares, seja através da percepção, da imaginação, ou da combinação de ambas. Esses particulares devem ser encarados como exemplos da essência geral, que é, então, o universal. As essências são concebidas como algo que está nos particulares e, no entanto, difere deles.*

Estes enunciados sofrem, porém, tênues variações entre as correntes fenomenológicas. Merleau-Ponty, por exemplo, em sua densa obra *Fenomenologia da percepção*, escrita em 1945, afirma que o conceito de fenomenologia ainda está longe de sua clarificação. O autor faz uma retomada de alguns pontos essenciais para introduzir o assunto. Assim, segundo Merleau-Ponty (1994, p.1), "a fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência". O filósofo fundamenta que "a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua 'facticidade'." O envolvimento entre fato e valor é colocado no mundo experienciado existencialmente pela pessoa. E é também nesta posição que a Geografia se coloca para estudar a dimensão do lugar no mundo vivido, a partir da experiência subjetiva.

Neste sentido, Merleau-Ponty (1994, p.2) afirma que este procedimento "[...] é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, sem nenhuma deferência a sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer. Na concepção do autor, "a fenomenologia só é acessível a um método fenomenológico". Eis a essência da "busca das coisas mesmas".

A tarefa, portanto, é descrever, não explicar nem analisar. Esta é, segundo Merleau-Ponty, a primeira ordem que Husserl dava à fenomenologia iniciante de ser uma "psicologia descritiva" ou de retornar "às coisas mesmas" é antes de tudo, a desaprovação da ciência. Assim, "o real deve ser descrito, não construído ou constituído." (MERLEAU-PONTY, 1994, p.5) A busca das essências não se dá, porém, como no método fenomenológico, através das reduções, o tema mais controverso da fenomenologia husserliana. O foco está na estratégia da pesquisa, onde a interação (relação) sujeito-objeto é encarada de maneira mais fluida, tendo o sujeito que experiência os fenômenos papel crucial no fornecimento de informações, na busca do **entendimento** e não explicação dos fenômenos. Para isso, o pesquisador deve ter algumas preocupações.

Moreira (2002, p.115) registra a reflexão de Forghieri a este respeito:

*Como o sujeito tem uma participação direta e consciente no fornecimento do material de estudo, além de querer participar da*

*pesquisa, é necessário que ele compreenda a importância desta e de sua colaboração na mesma, e sinta alguma segurança para poder se soltar ao fluxo de sua vivência e para se dispor a relatá-la. E é o pesquisador quem deve proporcionar ao sujeito condições para que isso aconteça.*

A pergunta que permanece é: nesta orientação fenomenológica, quais categorias receberam maior ênfase por parte dos geógrafos?

De acordo com Oswaldo de Amorim Filho e João F. Abreu, na Geografia Humanística, em um primeiro momento, houve um predomínio de estudos de **percepção ambiental**, em seguida, o foco maior se centrou nos temas da **cognição espacial** e das **paisagens**. Mais recentemente, porém, segundo os autores, o foco dos geógrafos humanísticos tem-se voltado para as diferentes **representações** e **imagens** que, ininterruptamente, os seres humanos constroem de seus ambientes, desde as escalas locais até às mundiais. (AMORIM FILHO & ABREU, 2002).

Lívia de Oliveira, uma das mais dedicadas e difusoras da corrente humanística na geografia brasileira, faz uma distinção entre a inteligência e a percepção, afirmando que "[...] a inteligência precede a percepção." (OLIVEIRA, 2002, p. 189). Segundo a autora, a percepção está subordinada à presença do objeto, que nos fornece um conhecimento imediato. Enquanto a inteligência pode evocar os objetos em sua ausência mediante a via simbólica, imaginária ou conotação verbal e, mesmo em sua presença, pode ser interpretada pelas ligações mediatas, elaboradas graças aos quadros conceituais. Prosseguindo na sua explanação registra que "[...] a percepção está subordinada às condições limitativas de proximidade no espaço e no tempo." (OLIVEIRA, 2002, p.191). Assim, a percepção é essencialmente egocêntrica e a inteligência diferente da percepção, escolhe os dados, aquilo que lhe é necessário para resolver o problema, "[...] ultrapassando, assim, o próprio dado, atingindo a construção dedutiva e a abstração solidariamente. Pode-se afirmar que as atividades intelectuais são operatórias, portanto apresentam em suas estruturas, mobilidade, reversibilidade, associatividade e transitividade." (OLIVEIRA, 2002, p.192)

Nos últimos 20 anos, têm surgido alguns trabalhos vinculando percepção e espaço, indicando a necessidade de abordagens interdisciplinares. Entre esses trabalhos podem ser destacados, segundo Bonfim (2000), a interação entre percepção ambiental e cultura, interferência de atitudes e valores ambientais através de questionários e testes psicológicos, avaliação ambiental através da história das idéias e do significado e história dos ambientes.

Bonfim (2000, p.62), no estudo acima, apresenta duas vertentes de análise: "[...] uma centrada no indivíduo e outra centrada no grupo social. A primeira, numa abordagem homem/meio, busca características na herança biológica, na criação, na educação, no trabalho e no ambiente físico. A segunda, numa abordagem sociedade/espaço, busca características na história cultural, na experiência e no espaço físico".

Contudo, gostaríamos de centrar a reflexão na categoria que tem recebido maior atenção, não apenas pelos geógrafos mas por cientistas sociais em geral, nos últimos tempos: a **representação**.

Werther Holzer (1992, p.468), na sua pesquisa sobre *A Geografia Humanista - sua trajetória de 1950 a 1980*, relata que no início da década de 1990 o expoente "humanista" que mais se destacava no mundo francófono, pela quantidade de artigos e diversidade de questões que levantou, foi o geógrafo Antoine S. Bailly. A seu respeito, Holzer (1992, p.468) registra: "As preocupações epistemológicas que já expressara na

*década de 70, aliados ao seu conhecimento profundo da geografia humanista e da geografia comportamental anglo-americana e francesa, fizeram-no despontar com um aporte bastante original."*

Assim, em 1980, Bailly, associado a Raffestin e Reymond, voltaria a instituir uma proposta epistemológica, baseada no conceito de paisagem: *"Essa paisagem que os geógrafos estudam é um depósito da História, portanto também o produto de uma 'prática' entre os indivíduos, desigual em sua ação sobre a paisagem, e uma realidade material à qual são confrontados."* (BAILLY, RAFFESTIN e REYMOND apud HOLZER, 1992, p.469). Esta ênfase na paisagem liga-se à primeira fase dos estudos humanísticos, relacionados mais à percepção. Havia uma associação freqüente entre paisagem-percepção, muito vigorosa ainda hoje. Porém, Bailly avança em seus estudos, passando da ênfase na percepção e encaminhando-se para o que chamaria de Geografia das Representações. Holzer (1992, p.473-474) registra esta passagem:

*Em 1985, por ocasião dos vinte anos de existência da geografia da percepção [...], Bailly iria recusar aquela denominação tradicional, oferecendo, como termo mais apropriado, 'Geografia das Representações'. Segundo ele, o termo 'representação' criado por Piaget, é a evocação de um objeto na sua ausência, duplicando a sua presença e completando o conhecimento perceptivo a que se refere; enquanto que 'percepção' é simplesmente a função pela qual o espírito representa os objetos que estão na sua presença.*

A passagem, Bailly amplia as possibilidades de estudo geográfico, não por negar a percepção, mas por passar do presente (percepção e paisagem estão ligadas de forma marcada às sensações, impressões) ao estudo mais amplo das formações sociais e socialidades desenvolvidas culturalmente e existencialmente na experiência humana nos espaços/lugares. Segundo Bailly, a Geografia das Representações seria o estudo das representações espaciais de distância e superfície, onde o sujeito se confunde com o objeto, e que se afasta da geografia como ciência do espaço. Holzer (1992, p.474) comenta tal posição:

*Mais uma vez, o autor concentraria sua atenção na dualidade de interpretação entre ambientalistas e organicistas, condensando suas elaborações teóricas de 1980 sob o termo de geografia das representações, e se ocupando como em 1982 com as representações subjetivas de distância e espaço. Sua preocupação era a de mostrar o espaço como uma ressonância individual e social que se refere aos sentidos, ao aprendizado, às estruturas organizacionais, nos sistemas percebidos e no imaginário, abrindo a geografia para o estudo do imaginário individual e social e para as práticas territoriais.*

Esta preocupação entre o individual e o social é uma faceta importante nos estudos das representações. Enquanto a percepção focaliza essencialmente a escala individual, do sujeito e do corpo, centrada no lugar, as representações ampliam este foco para uma leitura das escalas social e individual de forma indissociável. O estudo das representações privilegia este entendimento.

Porém, o desenvolvimento dos estudos sobre representações não se iniciam na Geografia, tendo ampla envergadura nas ciências sociais em geral. E é onde buscamos a última parte de nosso fio condutor, procurando mais pistas sobre a imaterialidade dos fenômenos geográficos.

#### 4. Os Fenômenos Geográficos e as Representações Sociais

Eulina P. Lutfi, Suzanna Sochaczewski e Teresa C. Jahnel, fazem uma interessante reflexão em torno do conceito de representação nos escritos de Henri Lefebvre, importante filósofo francês que produziu inúmeras contribuições para a ciência geográfica. Elas registram:

*Ao construir sua teoria da representação, Lefebvre atualiza momentos decisivos do trabalho de seus antecessores: de Kant, a representação como conhecimento, de Hegel, o movimento dialético do pensamento, de Marx, a reviravolta materialista e a possibilidade de desvendamento de ideologias-representações e, finalmente, de Nietzsche, os sentimentos e o valor como elementos constitutivos da representação que vai buscar. (LUTFI, SOCHACZEWSKI & JAHNEL, 1994, p.94).*

Discutindo sobre a força das representações que Lefebvre as vê como necessárias e inevitáveis, as autores perguntam: por que as representações têm essa força inaudita nas sociedades contemporâneas? E respondem com a seguinte reflexão:

*O mundo atual, em vez de interpretar a vida com símbolos, figuras e fatos históricos, produz signos e imagens e, principalmente, representações. Representações redutoras que apagam os conflitos e deslocam os sentimentos. Representações que simulam a vida e dissimulam as relações concretas. Em vez de contradições, dualidades; em vez de dialética, lógica formal; em vez de movimentos, alternativas excludentes. (LUTFI, SOCHACZEWSKI & JAHNEL, 1994, p.95)*

Essas reflexões podem trazer à tona a importância para a Geografia questões não só sócio-políticas como culturais e econômicas que determinam a evolução de uma determinada região, de um determinado grupo étnico, ou então as relações de rede que se estabelecem nas vidas sociais ou econômicas. Assim, ter em mente a importância das representações como uma das categorias de estudo, aliada a outras, pode trazer maior compreensão para o fenômeno estudado.

O que diferencia o pensamento de Lefebvre em relação à grande maioria dos marxistas contemporâneos? As autoras observam:

*Os pensadores que se prendem ao conceito de ideologia fetichizam o saber puro, menosprezam o saber crítico e a crítica do saber. E, ainda mais, depreciam o vivido, em favor do concebido. Esquecem duas coisas: que o saber pode ser ideologizado e que as ideologias têm suas raízes no vivido. Lefebvre, ao fazer essa crítica, propõe que se utilizem as duas noções - ideologia e representação, que se define por sua relação com o vivido engloba a ideologia. (LUTFI, SOCHACZEWSKI & JAHNEL, 1994, p.95)*

Para Salette Kozel, num ensaio sobre *"As representações no geográfico"*, as representações espaciais constituem um campo há muito trilhado pelos geógrafos, ao conceber o espaço sob conotações diferenciadas. Desde as representações referentes à confecção de mapas, da realidade ao desenho, até a representação de fenômenos temáticos que necessitavam de uma forma de representação mental ou idiográfica. Porém, será com o maior aprofundamento do termo, principalmente associado à sociologia e psicologia, que as representações ganharão maior envergadura. Kozel (2002, p.215) relata este desenvolvimento: *"O conceito de representação espacial para os geógrafos se estrutura na fusão das várias correntes contemporâneas, incorporando o conceito de representação social oriundo da psicologia."*

A noção de representação social tem suscitado numerosos trabalhos e debates, ocupando posição central no campo das ciências sociais. Há uma rede internacional de comunicação sobre Representações Sociais (*Social Representations Communication Network*), para facilitar a difusão de informações relativas às pesquisas e aos trabalhos empíricos. Esta rede, incentivada por W. Wagner da Universidade de Linz, na Áustria, reúne mais de 300 pesquisadores pertencentes de diversos países, demonstrando a importância do tema para o mundo atual (JODELET, 2001).

Na obra *As Representações Sociais*, organizada por Denise Jodelet, há dezenove artigos envolvidos com o surgimento desse novo paradigma no domínio das ciências sociais, cujos textos apresentam aspectos teóricos e metodológicos, buscando articulações intersetoriais, como também descortinando campos relevantes de aplicação prática. Da obra extraímos três textos de autores distintos. Trata-se de uma importante referência para os estudos sobre representação. A organizadora da obra relata:

*[...] as representações sociais - enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros - orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais. (JODELET, 2001, p.22)*

Na concepção da autora, as representações, como fenômenos cognitivos envolvem a pertença social dos indivíduos com as implicações efetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a ela estão ligadas (JODELET, 2001, p. 22).

Atualmente, historiadores, antropólogos, geógrafos, educadores em geral têm se interessado muito nos estudos sobre representações culturais, além dos psicólogos que já possuem uma densidade de produção em torno do assunto.

Serge Moscovici, o inaugurador da teoria das representações sociais, mostra que o desenvolvimento dos estudos relacionados a esta temática surgiram de forma marcante na França, sendo "*[...] o fenômeno mais marcante da Ciência Social na França*". Porém, após este início de grande interesse, Moscovici afirma que "*[...] a noção de representação coletiva passou por um eclipse que durou quase meio século. Esse quase desaparecimento apresenta um enigma para quem estuda seu futuro.*" Segundo o autor, se não fosse uma escola de historiadores que lhe conservou os traços, ao longo de pesquisas sobre as mentalidades, a noção teria caído em desuso e é provável que hoje não teríamos mais grande interesse em torno dela. (MOSCOVICI, 2001, p.45).

O autor relata ainda que, por volta do início dos anos sessenta, pareceu-lhe possível retomar o estudo das representações, o que levou-o a despertar o interesse de um pequeno grupo de psicólogos sociais, fazendo reviver tal noção. Moscovici relata que este grupo de autores vislumbraram a possibilidade de abordar os problemas de sua disciplina dentro de um novo espírito, estudando os comportamentos e as relações sociais sem deformá-las ou simplificá-las, e ainda assim, atingir resultados originais. O autor complementa:

*Embora trabalhando independentemente de seus contemporâneos, as representações lhes permitiram estudar os problemas da cognição e dos grupos, o que se tendia a negligenciar cada vez mais. Estudar a difusão dos saberes, a relação pensamento/comunicação e a gênese do senso comum (o que os ingleses chamam de lay thinkin) constituía elementos de um programa que se tornou familiar desde então.* (MOSCOVICI, 2001, p.45)

Estes estudos permitiram e muito avançar o entendimento dos fenômenos imateriais humanos, principalmente ligados à afetividade e às mentalidades, individuais e sociais. Bernanrd Schiele e Louise Boucher, da Universidade de Montreal, mostram o porquê: "*Todas as atividades humanas são norteadas pelas representações*". Isto significa, para os autores,

*[...] que as atividades humanas são mediadas por essas construções simbólicas, elaboradas ao mesmo tempo coletiva e individualmente pelos atores sociais. Eles nomeiam, apreendem e transformam seu meio ambiente, em parte graças a esse quadro de acolhimento. Verdadeira modalidade de conhecimento, ela permite que os atores sociais atribuam um sentido aos seres e às coisas.* (SCHIELE & BOUCHER, 2001, p.363)

De forma mais específica, os autores afirmam que o conceito de representação significa a organização pessoal do saber de um indivíduo, visando elaborar um "*[...] sistema explicativo e operatório que emprega categorias e relações particulares, para estruturar sua experiência pessoal*". Esta observação chama atenção para a



importância das relações de comunicação desenvolvidas entre os autores sociais que, segundo os autores, é o meio por onde as representações circulam e se transformam. (SCHIELE & BOUCHER, 2001, p.363)

Para Dan Sperber, da Universidade de Paris (Nanterre), que também participou da coletânea organizada por Denise Jodelet, toda representação coloca em jogo uma relação entre no mínimo, três termos: a própria representação, seu conteúdo e um usuário. Três termos aos quais pode-se acrescentar um quarto: o produtor da representação, quando é distinto do usuário. Para este autor, todas as Ciências Humanas e Sociais: Psicologia, Psicologia Social, Sociologia, Antropologia, Economia, Linguística, Ciência das Religiões, Estudos Literários, têm pouco ou muito a ver com representações culturais, mesmo que as conceitue de modos muito diferentes. (SPERBER, 2001, p. 92).

Uma questão que o autor coloca é como representar as representações culturais e como explicar estas representações culturais. Generalizando, Sperber (2001, p.93) responde: na prática, só se pode representar o conteúdo de uma representação por meio de uma outra de conteúdo similar. Não se descreve o conteúdo de uma representação; ela é parafraseada, traduzida, resumida, desenvolvida; em resumo, é interpretada. Por outro lado, o autor ilustra a sua idéia afirmando que:

*A interpretação, não mais que a descrição, não é uma forma de representação reservada a especialistas. Expressar-se ou compreender já é interpretar, no mínimo de modo implícito. Além disso, todos nós fazemos um trabalho de interpretação explícita quando respondemos a perguntas, como: O que ele tem? O que ela pensa? O que eles querem? Para responder, representamos conteúdos de propósitos, de pensamentos ou de intenções, por meio de enunciados de conteúdo semelhante. (SPERBER, 2001, p. 94)*

O professor de linguística e semiótica da Universidade de Kassel, Alemanha, convidado do programa de estudos pós-graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, Winfried Nöth, em um artigo que destaca a crise da representação e a sua revitalização com o desenvolvimento da ciência da computação e pesquisas no campo da inteligência artificial, fez crescer o interesse neste assunto, embora os filósofos do pós-modernismo como Foucault, Baudrillard e Lyotard chegaram a conclusão que atingimos a crise da representação. Entretanto, na opinião do autor, o conceito de representação tem entrado em crise para pensadores que o utilizam sem um fundamento semiótico sólido (NÖTH, 2002).

Cabe ao geógrafo usar toda a sua criatividade e "*imaginação geográfica*" para construir o seu objeto de estudo, mas, antes, ele terá que ter um princípio de que, havendo vários caminhos, deve escolher um ou, se necessário, mais de um, para compreender a vida do homem e da sociedade neste planeta, buscando entender as adversidades inerentes ao processo sócio-cultural.

## 5. Compendo o Tecido

A filósofa Vera Portocarrero, na sua apreciação sobre o debate acerca das ciências, enfatiza a constituição ética e social da ciência, "[...] *seja para desmitificar sua pretensão à neutralidade, seja para apontar o perigo que representa e a responsabilidade política de que deve estar investida*", pois, atualmente, não há mais necessidade de se discutir o seu poder preponderante, principalmente em relação à alta tecnologia contemporânea. Hoje, contra todo o dogmatismo, impõe-se a pesquisa histórica das ciências (PORTOCARRERO, 1994, p.17). Os geógrafos e demais cientistas não podem relegar esta tarefa aos historiadores e filósofos da ciência, ou a epistemólogos. Cada ciência deve ter em perspectiva a sua própria história e o desenvolvimento de suas idéias, num esforço de compreender as inter-relações internas e externas, principalmente com suas interfaces e com a Filosofia.

Neste sentido aponta o historiador Roger Chartier, então diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, escrevendo sobre "O mundo como representação". Ele menciona um editorial da revista *Annales*, de 1988, que convidava os historiadores a uma reflexão comum a partir de uma "*crise geral das ciências sociais*", o que se pode notar tanto através do abandono dos sistemas globais de interpretação dos "*paradigmas dominantes*" de certo tempo, o marxismo e o estruturalismo, quanto na rejeição proclamada das ideologias que lhe haviam garantido o sucesso. Contudo, Chartier assinala que o editorial não aplica à história a íntegra de tal diagnóstico, pois ela é vista como uma disciplina sadia e vigorosa, mesmo que atravessada por incertezas em virtude do esgotamento de suas alianças tradicionais (com a Geografia, a Etnologia, a Sociologia), e ao desaparecimento das técnicas de tratamento, bem como dos modos de inteligibilidade que davam unidade a seus objetos e encaminhamentos (CHARTIER, 1991).

A Geografia também é atravessada por incertezas semelhantes, embora sempre enriquecida por novas "*parcerias*" com disciplinas que se apresentam com possibilidades de diálogo e interfaces sempre renovadas. Porém, o enfraquecimento de interfaces tradicionais é um sintoma que mostra a necessidade de resgatar e dar mais atenção às preocupações tradicionais da ciência geográfica e de seu edifício conceitual que não foi erigido, como às vezes parece, apenas após a Segunda Guerra Mundial. E se a Geografia não está também totalmente em crise, em parte, é devido a esta manutenção de sua vinculação com suas tradicionais preocupações.

Derek Gregory, na sua obra *Geographical Imaginations*, afirma que, desde o início da estruturação da Geografia e particularmente da Geografia Humana, as interfaces com outras disciplinas próximas sempre se apresentaram como possíveis, embora na estruturação, as disciplinas próximas tenham se firmado com o seu corpo teórico-metodológico, com referências que as especificavam. Nos séculos XVIII e XIX, a Geografia Humana se relacionava com a Antropologia, nos séculos XIX e XX com a Sociologia e, com a Economia, a partir dos meados do século XX (GREGORY, 1994).

Na sua historiografia epistemológica, Derek assinala que no século XVIII, a Geografia era uma "ciência européia", sendo que no século XIX, surgem escolas distintas identificadas com tradições nacionais, escola francesa, escola alemã, e no século XX surgem as chamadas escolas com pensamentos definidos como escola de Chicago, escola de Berkeley e, mais recentemente, a Escola de Los Angeles etc. Neste encontro com estas ciências, pode-se visualizar que os temas que as identificavam com a Antropologia eram no âmbito de **estudos culturais**, com a Sociologia na **teoria social**, e com a Economia, no âmbito da **economia política**. Nessa evolução, bem sintética, pode-se perceber que era e é impossível uma separação disciplinar da Geografia com disciplinas afins no âmbito das ciências sociais.

Mais recentemente, no estudo do microespaço social, econômico ou político, relacionado ou não a outras escalas espaciais, porém, sempre com base na escala humana, a Geografia tem-se aproximado das disciplinas que privilegiam os sentidos,

como a Psicologia Social, a própria Filosofia, entre outras. Entretanto, tecendo o fio, embora ainda muito esgarçado, pode-se inferir que, no seio da própria evolução do pensamento geográfico, principalmente nas suas raízes, ela pode encontrar esta vertente teórico-metodológica, fortalecendo-se e se firmando como uma área de conhecimento, onde os fenômenos físico-espaciais e sócio-políticos, sempre fizeram parte da sua área de interesse. Na arqueologia do saber geográfico, que sempre buscou a compreensão do homem na sua relação com o ambiente, a aproximação com a fenomenologia como uma de suas fronteiras, certamente é um horizonte ainda a ser descortinado, desvelado e firmado neste terceiro milênio.

Yi-Fu Tuan, há quase 30 anos, quando divulgou suas idéias sobre espaço e lugar, influenciando nos pensamentos e na condução teórico-metodológica da Geografia, afirmava que espaço e lugar são elementos do meio ambiente, portanto, intimamente relacionados. Ele lembrava que as pessoas de diferentes culturas divergem na forma de dividir o seu mundo, de atribuir valores às suas partes e de medi-las. Mas o autor alertava que, embora haja certas semelhanças culturais comuns, elas repousam basicamente no entendimento de que "[...] o homem é a medida de todas as coisas". (TUAN, 1983, p.39).

Uma outra concepção importante de Tuan sobre a experiência do espaço-tempo é a afirmação de que essa experiência é principalmente a partir do subconsciente, embora as pessoas tenham apreensões diferentes, quanto à consciência do espaço e tempo, e na maneira de elaborar um mundo espaço-temporal. Resumindo as várias condições necessárias para um sentido elementar do lugar, o autor registra a seguinte expressão, que consideramos lapidar para os estudos geográficos: "**Lugar é uma pausa no movimento**" (TUAN, 1983, p.153, grifos nossos).

Anne Buttimer, nos meados da década de sessenta, em um artigo publicado no *The Geographical Review*, afirmava que mudanças revolucionárias nos padrões empíricos e sociais vieram substituir a obsolescência que capeava em muitos procedimentos analíticos tradicionais, pois as transformações no mundo escolástico levantaram um sem-número de questões relativas à base filosófica dos procedimentos das ciências sociais. Buttimer (1986) registrava que o problema fundamental era colocado pelos behavioristas e existencialistas: pode a ciência continuar a exercer uma função útil medindo e explicando a face objetiva e o mecanismo subjacente da realidade social ou deve ela, também, penetrar e incorporar as suas dimensões subjetivas? Os geógrafos se perguntavam: devemos nos satisfazer em esboçar um mapa opaco e objetivo dos padrões sociais no espaço, ou devemos suplementá-lo como ponto de vista subjetivo?

Apesar de ter decorrido mais de quarenta anos dessa observação de Buttimer, hoje, mais do que nunca, o subjetivismo na geografia se firma como um importante nicho e fronteira, a caminho de outras ciências afins, não como a mais importante contribuição dos geógrafos, porém como uma área de pesquisa que não pode deixar de ser considerada, por todas as avaliações e registro que aqui consignamos, a caminho de uma compreensão, e não de uma explicação, sobre a vida do homem neste planeta.

Assim, desde o "*tecer o fio*", quando iniciamos nossa reflexão, a este esboço da composição do tecido, embora ainda como um dos cenários já em discussão desde o início do século XX, a principal finalidade deste ensaio foi trazer à tona as preocupações e debates sobre a importância e a atualidade da subjetividade como um dos possíveis fios condutores, não só para a Geografia, no seu caminhar científico, mas principalmente nas fronteiras do saber, onde a ciência geográfica se encontra a explorar as possibilidades de diálogo e, em vista disso, de avanços teórico-metodológicos.

Paralelamente a este fio que tentamos tecer, foi enfatizada a importância de estudos sobre as representações sociais, que hoje se apresentam como uma das grandes perspectivas de estudos imateriais na ciência. Estes estudos têm a qualidade de integrar outros fenômenos que já têm sido foco de preocupação dos geógrafos, como a cultura, os valores, a afetividade e a sensibilidade, assim como categorias como a percepção, a cognição e o imaginário.

Para finalizar, gostaríamos de assinalar um pensamento agudo do filósofo Michel Rando, na sua obra *O pensamento transdisciplinar e o real: "o acesso ao verdadeiro conhecimento requer uma alquimia interior"*. (RANDO, p.191).

A questão é: estamos nós, cientistas, dispostos a nos permitir passar por esta "alquimia interior"? Talvez, então, os limites das fronteiras do saber estejam mais próximos de nós mesmos do que imaginamos...

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, Oswaldo B. & ABREU, João F. de. *Imagem, representação e geopolítica*. In: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salete (orgs.) **Elementos da epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. pp. 233-251.

AROUET, Jean-François V. *Tabus e fobias da ciência do século XX*. In: HOISEL, Beto. **Anais de um simpósio imaginário: entretenimento para cientistas**. São Paulo: Palas Athena, 1998. pp. 229-254.

BAHIANA, Luis C. *Teoria, Metodologia e história do pensamento geográfico: flagrantes de um século de reflexão em periódicos selecionados*. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.54, n.3, jul./set. 1992. pp. 63-90.

BOMFIM, Natanael R. *Uma abordagem interdisciplinar da percepção e espaço*. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano VI, v.1, n.15, jan./abr. 2000. pp.60-62.

BUTTNER, Anne. *Apreendendo o dinamismo do mundo vivido*. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. pp.165-193.

BUTTNER, Anne. *O espaço social numa perspectiva interdisciplinar*. In: SANTOS, Milton & SOUZA, Maria A. de. (coords.) **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986. pp.65-85.

CASEY, Edward S. *Between Geography and Philosophy: what does it mean to be in the place-world?* **Annals of the Association of American Geographers**, v.91, n.4, 2001. pp. 683-693.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. **Estudos avançados**, São Paulo, v.5, n.11, jan./abr. 1991. pp.173-191.

CLAVAL, Paul. *As revoluções pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia*. In: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salete (orgs.) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. pp.11-43.

CLAVAL, Paul. *O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana*. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto L. (orgs.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp. 35-86.

COELHO, Lucia M. S. *Afinal o que é o cognitivismo?* **Imaginário**, São Paulo, USP, n.1, 1993, pp. 41-72.

ENTRIKIN, Nicholas. *O humanismo contemporâneo em Geografia*. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v.10, n.19, 1980. p.5-30.

GRATÃO, Lúcia H. B. **A poética d' "O Rio" - ARAGUAIA! De Cheias... &... Vazantes... (À) Luz da Imaginação**. 2002. 354p. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GREGORY, Derek. **Geographical Imaginations**. Cambridge: Blackwell, 1994. 442p.

GREGORY, Derek. Teoria social e geografia humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (orgs.) **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. pp.90-122.

GREGORY, Derek et al. *Introdução: geografia humana, mudança social e ciência social*. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (orgs.) **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. pp.11-28.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. (trad. Ana L. de Oliveira e Lúcia C. Leão). São Paulo: Ed. 34, 1993. 203p.

HARTSHORNE, Richard. *Questões sobre a natureza da geografia*. (trad. Thomaz Newlands Neto). Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969. 260p.

HOISEL, Beto. **Anais de um simpósio imaginário: entretenimento para cientistas**. São Paulo: Palas Athena, 1998. 300p.

HOLZER, Werther. **A geografia humanista: sua trajetória de 1950 a 1990**. 1992. 550p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HOLZER, Werther. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI**. 1998. Tese (Doutorado em Ciências: Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

JACKSON, Peter. *Social geography: the rediscovery of place*. **Progress in Human Geography**, v.10, n.1, pp.118-124, mar. 1986.

JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. (trad. Lilian Ulup) Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp.17-44.

KOLB, Anton. *Ontologia e antropologia virtuais*. In: KOLB, Anton; ESTERBAUER, Reinhold; RUCHENBAUER, Hans-Walter (orgs.) **Ciberética: responsabilidade em um mundo interligado pela rede mundial**. (trad. Paulo Astor Soethe) São Paulo: Loyola, 2001. pp.09-55.

KOZEL, Salette. As representações no geográfico. In: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salette (orgs.) **Elementos da epistemologia da Geografia Contemporânea**.

Curitiba: Ed. UFPR, 2002, pp.215-232.

LIMA, Solange T. de. **Paisagens & Ciganos**. 1996. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

Luth, Eulina P.; Sochaczewski, Suzanna & Jahnel, Teresa C. *As representações e o possível*. In: MARTINS, José de S. (org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1994. pp.87-97.

MARANDOLA JR., Eduardo. **“Londrinás” invisíveis: percorrendo cidades imaginárias**. 2003. 242p. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Depto. de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina

McDOWELL, Linda. *A transformação da geografia cultural*. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (orgs.) **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. pp.159-188.

MELLO, João B.F. de. **O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira 1928/1991: uma introdução a geografia humanística**. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MENDES DE ALMEIDA, Maria I. *Subjetividade e ciências sociais: reflexões em torno do conceito de representação e seus impasses*. In: VAITSMAN, Jeni (org.) **A ciência e seus impasses: debates e tendências em filosofia, ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. pp.137-147.

MERLEAU-PONTY, Marice. **Fenomenologia da Percepção**. (trad. Carlos A. R. de Moura) São Paulo: Martins Fontes, 1994. 662p.

MOREIRA, Daniel A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira: Thompson, 2002. 152pp.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. (trad. Maria D. Alexandre e Maria A. S. Dória) 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 344p.

MOSCOVICI, Serge. *Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história*. In: JODELET, Denise (org.) **As representações sociais**. (trad. Lilian Ulup) Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp.45-66.

NÖTH, Winfried. *A representação na semiótica e na ciência da computação*. In: LEÃO, Lucia. (org.) **Interlab: labirintos do pensamento contemporâneo**. São Paulo: Iluminuras, 2002. pp. 245-253.

OLIVEIRA, Livia de. Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia. In: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salete (orgs.) **Elementos da epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002, pp.189-214.

PHILO, Chris. *História, geografia, e o “mistério ainda maior” da geografia histórica*. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (orgs.) **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. pp. 269-298.

POLKINGHORNE, John. **Além da Ciência**. Bauru: EDUSC, 2001. 168p.

PORTOCARRERO, Vera. *Panorama do debate acerca das ciências*. In: PORTOCARRERO, Vera. (org.) **Filosofia, História e Sociologia das ciências: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. pp.17-21.

RANDOM, Michel. **O pensamento transdisciplinar e o real.** (trad. Lucia P. de Souza) São Paulo: TRIOM, 2000. 244p.

RELPH, Edward C. *As bases fenomenológicas da Geografia.* **Geografia**, Rio Claro, v.4, n.7, abr. 1979. pp.1-25.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1996. 348p.

SANTOS, Boaventura de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** 5ed. Lisboa: Afrontamento, 1998. 199p.

SANTOS, Boaventura de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** vol. I. São Paulo: Cortez, 2000. 415p.

SCHIELE, Bernard & BOUCHER, Louise. *A exposição científica: uma maneira de representar a ciência.* In: JODELET, Denise (org.) **As representações sociais.** (trad. Lilian Ulup) Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp.363-378.

Schöpke, Regina. *Questões de uma ficção chamada ciência.* **O Estado de São Paulo**, Caderno 2/Cultura, 13 de julho de 2003, p.D10.

SPERBER, Dan. *O estudo antropológico das representações: problemas e perspectivas.* In: JODELET, Denise (org.) **As representações sociais.** (trad. Lilian Ulup) Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp.91-103.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas.** (trad. Max altman) São Paulo: Ed. 34, 2002. 205p.

Weisskopf, Kether. *A treliça dimensional de suporte à totalidade.* In: HOISEL, Beto. **Anais de um simpósio imaginário: entretenimento para cientistas.** São Paulo: Palas Athena, 1998. pp.52-77.

WILSON, Edward O. **A unidade do conhecimento: consiliência.** (trad. Ivo Korytowski). Rio de Janeiro: Campus, 1999. 321p.

THRIFT, Nigel. *Visando o âmago da região.* In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (orgs.) **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, pp.215-247.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade.** 5ed. (trad. Elia F. Edel) Petrópolis: Vozes, 1998. 430p.

TUAN, Yi-Fu. *Place: an experiential perspective.* **The Geographical Review**, v.6, n.2, pp.151-165, abr. 1975.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** (trad. Lívia de Oliveira) São Paulo: DIFEL, 1980. 288p.

TUAN, Yi-Fu. *Geografia Humanística.* In: TUAN, Yi-Fu. (org.) **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: DIFEL, 1982. pp.143-164.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** (trad. Lívia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1983. 249p.

TZU, Tien C. *Se não poder sorrir com ele, não é o verdadeiro tal.* In: HOISEL, Beto. **Anais de um simpósio imaginário: entretenimento para cientistas.** São Paulo: Palas Athena, 1998. pp.255-274.

---

**INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES**[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)**Yoshiya Nakagawara Ferreira**

Doutora e Pós-Doutora em Geografia Humana pela USP; Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento; Coordenadora do Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

[yoshiya@ldnet.com.br](mailto:yoshiya@ldnet.com.br)

[lpur@uel.br](mailto:lpur@uel.br)

**Eduardo Marandola Jr.**

Licenciado e Bacharel em Geografia; Pesquisador Colaborador do Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais (DGEO/UEL); Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (IG/UNICAMP).

[marandola@yahoo.com](mailto:marandola@yahoo.com)

[eduardom@ige.unicamp.br](mailto:eduardom@ige.unicamp.br)

**SUMÁRIO**

**OLAM - Ciênc. & Tec.**

**Rio Claro  
ISSN 1519-8693**

**Vol 3**

**nº 1 p. 129 - 174  
[www.olam.com.br](http://www.olam.com.br)**

**Setembro / 2003**